

Reitores dizem que há muitos alunos a perder bolsas por questões burocráticas

23.05.2012, Jornal Público, por Samuel Silva

No último ano lectivo houve mais estudantes a verem o seu pedido de bolsa de estudo recusado por questões burocráticas ou por insuficiência de documentos do que por motivos financeiros. É isso que garante o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), numa carta enviada ao Ministério da Educação e Ciência (MEC) onde apresentam várias propostas de alteração ao sistema para o próximo ano lectivo. Ontem, duas centenas de estudantes manifestaram-se no Porto por mais acção social.

Na missiva, os reitores apontam um elevado número de indeferimentos por instrução incompleta dos processos. "Apesar de o regulamento ter vindo reduzir ao mínimo a exigência de documentos necessários, a plataforma de candidaturas a bolsa da Direcção-Geral do Ensino Superior (DGES) vem posteriormente exigir a entrega de todos os documentos comprovativos da situação económico-social do aluno", critica o CRUP. A situação revela-se "paradoxal": "Até ao momento, notamos que o sistema de acção social recusa mais bolsas de estudo por estes motivos burocráticos do que pela não-elegibilidade fundada em condições sócio-económicas".

A plataforma da DGES é vista como um entrave ao funcionamento do sistema de atribuição de bolsas de estudo, que o CRUP considera "moroso" e "complexo".

Este diagnóstico deu origem a um conjunto de nove recomendações feitas à tutela para agilizar o processo de atribuição de bolsas. Os responsáveis defendem, desde logo, uma "adequação da plataforma de candidaturas a bolsa de estudo", nomeadamente para uniformizar a terminologia com o regulamento, possibilitar a identificação automática das candidaturas que não cumpram os critérios de elegibilidade e alterar o procedimento de entrega de documentos, "tornando-o mais claro e intuitivo".

Os reitores defendem ainda que os prazos de candidatura a bolsa de estudo não devem coincidir com período de avaliação e que as prestações mensais devam ter uma data fixa de pagamento. Os alunos devem também ter ao seu dispor um simulador de candidatura e um simulador de cálculos de bolsa de estudo que permita testar as suas candidaturas antes da efectiva submissão, defende o CRUP. Na carta é ainda sugerido que a DGES disponibilize publicamente os dados estatísticos relativos às bolsas.

Num protesto contra o regulamento de atribuição de bolsas de estudo, os alunos do Porto entregaram uma carta dirigida ao MEC, onde criticam o regulamento e as políticas do Governo que, segundo os organizadores da manifestação, "expulsaram 10 mil estudantes da universidade pública". O lamento dos estudantes estende-se também ao fim dos passes sub-23 para os transportes públicos. Este protesto foi convocado pela Associação de Estudantes da Faculdade de Letras, mas associaram-se a este outras associações da academia do Porto